

Florinda Veiga

De: Vereador José Guilherme Aguiar <joseguilhermeaguiar@cm-gaia.pt>
Enviado: terça-feira, 4 de Outubro de 2016 12:19
Para: Perguntas / Requerimentos
Assunto: Requerimento à CMGaia; RQ3314/XIII/1AL
Anexos: InfoBSPC020_Resposta+Deputado+AR.docx

Exmos Senhores,

Junto envio a resposta ao requerimento acima referenciado.

Com os melhores cumprimentos.



José Guilherme Aguiar

Vereador

Rua Álvares de Cabral 4400-017 V. N. Gaia

Tel. +351 223742972 – Ext. 1680

Fax. +351 223742980

joseguilhermeaguiar@cm-gaia.pt | www.cm-gaia.pt

ASSUNTO: Resposta ao Requerimento apresentado na AR pelo Deputado António Sales

Considerações gerais

No requerimento n. 3314/XIII (1.ª) - AL, são colocadas questões relativamente à abordagem desta Câmara para fazer face aos incêndios florestais no seu território.

Nestes termos e antes de responder às perguntas propriamente ditas, entende-se que será útil fazer um pequeno enquadramento da realidade deste Concelho.

O Município de Vila Nova de Gaia encontra-se enquadrado na NUT II – Norte, na região Noroeste de Portugal, Área Metropolitana do Porto, na zona costeira do Douro Litoral, confrontando com os concelhos do Porto, Gondomar, Espinho e Santa Maria da Feira. Vila Nova de Gaia é o maior dos concelhos que integram a unidade administrativa Área Metropolitana do Porto e localiza-se na zona Sul da mesma. Representa cerca de 21% do território metropolitano, ocupando 16821,52 hectares.

Dentro do município, temos 4960,36 hectares com classificação do uso do solo de Área Florestal, o que corresponde a 29,48% do território, sendo que ainda existem 4561,98 hectares (27,11%) que correspondem a zonas agrícolas cultivadas e outras incultas.

USO DO SOLO	Ano					
	1990		2003		2012	
	Área (ha)	%	Área (ha)	%	Área (ha)	%
Agr. Cultivado + Incultos	5052,00	30,02%	4766,95	28,33%	4561,98	27,11%
Áreas Florestais	5385,00	32,00%	5143,90	30,57%	4960,36	29,48%
Áreas Sociais + R.V.	5462,00	32,46%	6007,25	35,70%	6323,98	37,58%
Superfície Água	386,00	2,29%	386,00	2,29%	423,23	2,52%
Áreas Naturais	232,00	1,38%	232,00	1,38%	243,94	1,45%
Improdutivos	310,00	1,84%	290,90	1,73%	308,03	1,83%
TOTAIS	16827,00	100%	16827,00	100%	16821,52	100%

O território de Vila Nova de Gaia apresenta uma elevada área infra-estruturada na zona do interface urbano-florestal, o que por si só acarreta problemas ao nível dos incêndios rurais, nomeadamente em anos mais críticos e/ou quando ocorrem incêndios de alguma dimensão.

A floresta é detida quase na totalidade por particulares (95%), havendo apenas pequenas parcelas pontuais da responsabilidade do Município e das Juntas de Freguesia.

Desde 2003 – ano da criação do Gabinete Técnico Florestal – que o Município tem vindo a desempenhar as diversas tarefas que lhe são cometidas no âmbito da Defesa da Floresta Contra Incêndios. Não só a elaboração do **Plano Municipal de Defesa da Floresta Contra Incêndios**

(PMDFCI) - atualmente em revisão - com execução de algumas medidas nele previstas e o **Plano Operacional Municipal** (elaborado e aprovado anualmente em sede de Comissão Municipal de Defesa da Floresta – CMDF).

Respostas às questões apresentadas:

1. Estrutura do planeamento estratégico municipal de prevenção de fogos em domínio público e que medidas e recursos estão alocados a este

O Município não possui áreas rurais com expressão significativa para planeamento estrutural. Mas isso não significa a inexistência de uma estrutura municipal com responsabilidades e preocupações em matéria de prevenção de incêndios florestais. Nestes termos, o Serviço de Bombeiros Sapadores e Proteção Civil / Gabinete Técnico Florestal, coordenados pelo Comandante Operacional Municipal, encerram neste domínio as competências de âmbito florestal através do respetivo Gabinete e seu Técnico (credenciado em fogo controlado). Por conseguinte, não só é realizado o planeamento anteriormente descrito, mas também a prossecução das medidas previstas, tais como:

Rede Viária Florestal – Todos os anos é realizada a atualização do estado da rede viária florestal - identificação de pontos a necessitar de intervenção. Posteriormente realiza-se a sua beneficiação, com execução de desvios de água, etc. Em média e ao longo dos últimos anos, são beneficiados anualmente 5km de caminhos florestais e executados aproximadamente 24 ha de gestão combustíveis de faixas laterais da rede viária florestal;

Sapadores Florestais – Ao abrigo de um protocolo realizado com a Associação Florestal do Grande Porto (Portucalea), desde 2000 que a equipa da Sapadores Florestais executa trabalhos de silvicultura preventiva, vigilância, apoio ao combate e rescaldo nos espaços florestais do Concelho.

Vigilância Florestal - Ao abrigo de protocolo com o IEFP temos efectuado durante o período crítico, com a participação de 8 a 12 pessoas do Rendimentos Social de Integração, ações de vigilância móvel (moto) e fixa (postos fixos) ds espaços rurais com o intuito de prevenir os incêndios florestais e realizar ações de sensibilização e dissuasão.

Meios próprios de apoio ao combate – O Município possui um Corpo de Bombeiros Sapadores (CBS Gaia) assim como outros meios complementares de apoio ao combate (retroescavadoras, máquina de rasto, mini escavadoras, porta máquinas e cisternas).

Apoio técnico à Comissão Municipal de Defesa da Floresta (CMDF) – Colaboração com as diversas entidades que integram a CMDF, realizando ações conjuntas no terreno, com Portucalea (Associação Florestal), GNR SEPNA, Corpos de Bombeiros, entre outras.

2. Informação às Populações para limpeza dos espaços privados e meios de fiscalização adjudicados para a concretização deste objetivo

O Município possui um competente serviço de Fiscalização Municipal que colabora com o Serviço de Bombeiros Sapadores e Proteção Civil através do levantamento dos dados dos proprietários rurais e da implementação das faixas de gestão de combustível definidas no PMDFCI.

Existe um folheto cuidados com incêndios florestais que é distribuído à população.



3. Casos de incumprimento após notificação aos Proprietários

Estes processos exigem bastante tempo e pessoas devido à sua complexidade pelo que se está neste momento a definir a melhor estratégia para a sua rápida execução. Refira-se que na sua maioria os proprietários cumprem com as suas obrigações, o maior problema tem a ver com o cadastro, ou seja, o desconhecimento dos proprietários.

4. Valor monetário alocado ao orçamento municipal para a prevenção de incêndios no corrente ano – 50 000€

5. Área ardida no Concelho de Vila Nova de Gaia de 1 de Janeiro a 31 de Agosto de 2016 – 187 ha (dados provisórios).

6. Maiores necessidades e dificuldades sentidas em termos territoriais e soluções/estratégias sugeridas:

As maiores dificuldades sentidas prendem-se com uma das partes do denominado “triângulo do fogo” que compreende três fatores imprescindíveis para haver incêndio:

- Meteorologia - ignição – combustível
O 1º não controlamos; O 2º dificilmente; O 3º é o único em que podemos e devemos intervir com garantias de sucesso, gerindo os combustíveis e recorrendo a todas as ferramentas (legais, incentivos, políticas, medidas e ações) disponíveis.
- Em termos territoriais existem 3 aspetos (principais) críticos que criam dificuldades a uma gestão mais resiliente do espaço florestal do Concelho:
 - I. Abandono rural/pouca atratividade económica do sector florestal/proprietários florestais desligados-desenraizados e pouco motivados para o associativismo que lhes que poderia garantir maior dinâmica para a gestão conjunta e mais rentável do território;
 - II. Ciclos demasiado curtos de incêndios (10-15 anos) que, além de destruírem o património florestal, desencorajam o investimento dos proprietários na sua gestão;
 - III. Homogeneidade do território muito favorável à propagação do fogo – Grosso modo temos dois tipos de realidades de combustível no território:
 - zonas de eucalipto mal geridas;
 - zonas sem gestão por absentismo dos proprietários, que resultam em manchas de eucalipto ou misto (com pinheiro e outras folhosas);
- Em virtude das dificuldades enumeradas algumas sugestões para lhes fazer face, respetivamente:
 - I. Criação de Zonas de Intervenção Florestal em paralelo com o levantamento do cadastro florestal ao qual deverá estar associado um programa de extensão florestal/rural dinâmico e ambicioso para potenciar o património existente.
 - II. Com base no histórico dos incêndios e associando a utilização de outras ferramentas de análise, diagnosticar e identificar as zonas mais críticas e favoráveis ao desenvolvimento de incêndios florestais e, a partir daí, executar ações de gestão de combustível especificamente nesses locais. Impõe-se o desenvolvimento de uma ferramenta legal que facilite este tipo de intervenção.



III. Criação de incentivos financeiros que verdadeiramente favoreçam a reflorestação com espécies autóctones, reconhecidamente menos favoráveis ao desenvolvimento de incêndios florestais e que resultaria num território constituído por mosaicos, mais heterogéneo e assim mais resiliente ao fogo.

Resumindo e independentemente dos meios ou políticas definidas, no imediato impõe-se intervir na paisagem, na gestão do território e de forma ativa.

É imprescindível reduzir a carga combustível que anualmente se acumula nos espaços florestais, privilegiando o uso do fogo (fogo controlado) onde é possível, a gestão moto-manual onde isso é mais difícil. Paralelamente estimular e apoiar a criação de mosaicos com espécies autóctones.